



INFORMATIVO

FEVEREIRO | 2026

podemos

SENADO



PÁG. 5

INCENTIVOS À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CIÊNCIA

PÁG. 6

Senado retoma debate sobre acordo Mercosul-UE

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NO SENADO

Líder do Podemos no Senado:
Senador Carlos Viana (MG)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Ismael Almeida

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Fred Raposo

Diagramação e Arte:
Augusto Gomes

Colaboradores:
Luiz Gustavo Ferraz, Déborah Queiroz, Yuri Age,
Regis Godoi, Rejiane Lacerda

SUMÁRIO

- 4** Soraya Thronicke apresenta projetos de lei para incentivar a participação feminina na ciência
- 6** Salvaguardas preocupam Senado na retomada do debate sobre o acordo Mercosul-UE
- 8** Marcos do Val assina pedido para criar CPI sobre relações do Banco Master com o Poder Público e o crime organizado
- 10** CPMI do INSS inicia 2026 com trabalhos intensos

SORAYA THRONICKE APRESENTA PROJETOS DE LEI PARA INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CIÊNCIA

Impulsionada pela repercussão positiva da pesquisa conduzida pela dra. Tatiana Sampaio, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre o desenvolvimento de um medicamento à base de polilaminina para o tratamento de lesões medulares em pacientes tetraplégicos, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) apresentou duas propostas com o objetivo de ampliar a participação feminina na ciência e proteger a maternidade de pesquisadoras, evitando a perda de talentos essenciais para o avanço científico.

O primeiro projeto, o PL 641/2026, institui a obrigatoriedade de relatórios anuais de diversidade de gênero em projetos financiados com recursos públicos federais. A proposta busca enfrentar lacunas históricas de informação que tornam a desigualdade de gênero um “problema invisível”, perpetuando desequilíbrios e limitando o pleno desenvolvimento do ecossistema de inovação.

Além de promover maior transparência no uso de recursos públicos, o projeto prevê a geração de dados essenciais para a formulação de políticas mais eficazes e incentiva as instituições a adotarem práticas mais equitativas, tudo isso sem a criação de novos custos.

“Nosso país precisa de toda a sua inteligência para inovar. Mas, apesar de as mulheres serem maioria na academia, ainda são minoria na liderança de projetos e recebem menos verbas. Essa sub-representação significa uma perda enorme de potencial”, destaca Soraya.

O segundo projeto, o PL 646/2026, tem como foco a proteção da maternidade na carreira científica. A proposta reconhece que a maternidade ainda penaliza pesquisadoras, resultando em estagnação profissional, perda de competitividade e até mesmo o afastamento de mulheres da pesquisa.

Para corrigir essa distorção, o projeto estabelece a suspensão de prazos de bolsas e projetos durante a licença-maternidade, proíbe qualquer forma de penalização em avaliações de produtividade ou mérito e veda a adoção de critérios discriminatórios. Assim como o primeiro, o projeto não implica aumento de despesas públicas.

“Não é privilégio, é justiça e equidade. Uma lei nacional trará segurança jurídica e padronizará o apoio, fortalecendo a presença feminina na ciência e o desenvolvimento do país”, afirma.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“Apesar de as mulheres serem maioria na academia, ainda são minoria na liderança de projetos e recebem menos verbas.”



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA SENADORA
Emendas de Soraya Thronicke levam mais segurança ao Programa Gás do Povo.

SALVAGUARDAS PREOCUPAM SENADO NA RETOMADA DO DEBATE SOBRE O ACORDO MERCOSUL-UE

Na retomada dos trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, o presidente do colegiado, senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), defendeu a aprovação do Acordo Mercosul-União Europeia “no tempo certo e nas condições certas”. O parlamentar ressaltou a necessidade de aprofundar os debates sobre as salvaguardas comerciais incluídas no acordo por pressão de setores agrícolas europeus.

Membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Zequinha Marinho destacou ainda a urgência da regulamentação da Lei da Reciprocidade. Originada do Projeto de Lei nº 2.088/2023, de sua autoria, a norma é considerada pela FPA um instrumento essencial para garantir que o Brasil disponha de mecanismos ágeis, firmes e proporcionais de reação diante de eventuais salvaguardas ou medidas unilaterais adotadas pela União Europeia.

Além da regulamentação da lei, a FPA pretende atuar na construção de um marco legal específico para salvaguardas bilaterais. Segundo o senador, a proposta busca fortalecer a posição do Estado brasileiro nas negociações internacionais, ampliar a segurança jurídica aos produtores rurais e assegurar respostas eficazes na proteção da produção nacional e dos setores mais sensíveis da economia.

Entre os pontos mais sensíveis, a União Europeia incluiu uma cláusula que prevê a suspensão automática das concessões comerciais caso as importações provenientes da América Latina aumentem mais de 5%, ou se os preços dos produtos agrícolas europeus recuarem no mesmo percentual, tomando como referência a média dos últimos três anos.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Como resultado de articulação de Zequinha Marinho, pescadores voltarão a receber o seguro-defeso.

“É necessário aprofundar os debates sobre as salvaguardas comerciais incluídas no acordo por pressão de setores agrícolas europeus.”



“É preciso desvendar esse escândalo que está corroendo a credibilidade da classe política e das instituições financeiras.”

MARCOS DO VAL ASSINA PEDIDO PARA CRIAR CPI SOBRE RELAÇÕES DO BANCO MASTER COM O PODER PÚBLICO E O CRIME ORGANIZADO

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) assinou os pedidos de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para investigar o escândalo em torno da liquidação do Banco Master que foram apresentados no Senado Federal e no Congresso Nacional já no começo do ano legislativo. Os pedidos de CPI citam a necessidade imediata de investigação das relações do Banco Master com o Banco Regional de Brasília (BRB) e o envolvimento de políticos e altas autoridades nos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

“Esse escândalo financeiro nos trouxe a oportunidade única para finalmente apurarmos as relações suspeitas que envolvem instituições financeiras, como o Banco Master, e juízes, políticos e autoridades públicas nas esferas federal, estadual e até municipal”, afirmou Marcos do Val. Segundo o senador, as investigações poderão acabar revelando envolvimento do Banco Master com a lavagem de dinheiro do crime organizado, conforme foi revelado na Operação Carbone Oculto, em agosto de 2025.

“O envolvimento de políticos, autoridades e principalmente magistrados com empresas é uma relação que abre portas para a corrupção e a cooptação do poder público pelos interesses econômicos”, aponta o parlamentar. “Espero que os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional tenham a sensibilidade para atender ao clamor público e criarem logo uma comissão de

inquérito para desvendar esse escândalo, que está corroendo a credibilidade da classe política e das instituições financeiras”, concluiu.

O Banco Master, controlado pelo banqueiro Daniel Vercaro, teve sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central em novembro de 2025, após a descoberta de um esquema fraudulento que desviou cerca de R\$11,5 bilhões por meio de empresas laranjas e fundos de investimentos. A investigação revelou conexões políticas amplas, que envolvem personalidades dos três poderes, incluindo altos magistrados, parlamentares e membros do governo federal, estadual e municipal. Cerca de 1,6 milhão de clientes terão que ser ressarcidos.

Quatro pedidos de investigação foram apresentados: um na Câmara dos Deputados e outro no Senado Federal, além de dois pedidos de uma Comissão Mista (CPMI) pelo Congresso Nacional. Antes de serem instauradas, as comissões precisam ter os seus pedidos lidos em plenário pelos presidentes de ambas as casas – ou pelo presidente do Congresso Nacional, no caso da CPMI. Em seguida, os líderes dos partidos indicarão os membros que comporão o colegiado, dentre os quais serão apontados, na sessão de instalação, o presidente da comissão e o relator.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Proposta de Marcos do Val agrava punição a pai ou mãe que se apropriar indevidamente de pensão alimentícia.

CPMI DO INSS INICIA 2026 COM TRABALHOS INTENSOS

Após a pausa para o recesso de fim de ano, a CPMI do INSS iniciou 2026 com trabalhos intensos. A CPMI retornou no dia 05 de fevereiro com depoimento do presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior. Já no dia 09 de fevereiro os depoimentos de Paulo Camisotti, um dos operadores do esquema de fraude na previdência, e do deputado estadual Edson Araújo foram cancelados devido à habeas corpus concedido a eles.

No entanto, mesmo durante o recesso, a Polícia Federal realizou operações em conjunto com a CPMI em novas etapas da Operação Sem Desconto. Daniel Vercaro, presidente do Banco Master e um dos grandes operadores da fraude no INSS, também foi convocado a comparecer à CPMI, mas o STF retirou a obrigatoriedade da presença dele.

O senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da CPMI, determinou que irá recorrer da decisão do STF sobre a não ida de Vercaro à CPMI.

“A decisão “interfere e atrasa as investigações”, afirmou. Ele acrescentou que, se o Supremo reverter o entendimento, o empresário será obrigado a comparecer. “Não é porque ele é banqueiro que receberá benefício. O empresário não terá privilégio na comissão. Vou defender que compareça presencialmente para prestar esclarecimentos”, declarou Viana.

Carlos Viana também solicitou a prorrogação de mais 60 dias da CPMI para que todos requerimentos sejam pautados e todos sejam ouvidos. Viana disse que pedirá a prorrogação no STF caso Davi Alcolumbre não prorrogue os trabalhos da comissão. Viana também afirmou que, mesmo com todas as blindagens e proteções aos envolvidos no escândalo da Previdência, ele não desistirá de achar os culpados e punir todos os responsáveis.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Carlos Viana propõe criar a “Lei do Nome Limpo”, que estabelece que vítimas de fraudes não devem ser consideradas inadimplentes enquanto o caso estiver em investigação.

“Ninguém será blindado. Vamos achar os culpados e punir todos os responsáveis.”

JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemosnos Senado

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemosnos Senado

 **podemos**
SENADO